

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO****PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL nº 507/26**

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 (publicada no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 1988), que estabelece, entre outros, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a competência dos entes federativos para sua proteção.
- Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (publicado no Diário Oficial da União de 18 de julho de 1941), que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.
- Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962 (publicada no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 1962), que define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.
- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (publicada no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 1981), que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (publicada no Diário Oficial da União de 19 de julho de 2000), que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências.
- Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (publicada no Diário Oficial da União de 28 de maio de 2012), que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.



PROCURADORIA

- Constituição do Estado de São Paulo, de 5 de outubro de 1989 (publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 6 de outubro de 1989), que dispõe sobre a organização do Estado e estabelece normas para a proteção do meio ambiente e do patrimônio natural.

- Lei Estadual nº 2.574, de 04 de dezembro de 1980, que estabelece normas para a declaração de utilidade pública;

- Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997 (publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 21 de março de 1997), que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 1º de agosto de 2014), que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016 (publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 23 de março de 2016), que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 (Plano Diretor Estratégico).

- Decreto Municipal nº 53.799, de 26 de março de 2013 (publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 27 de março de 2013), que dispõe sobre os procedimentos administrativos para declaração de utilidade pública, necessidade pública ou interesse social, visando à desapropriação de bens imóveis no Município de São Paulo.

PL 389/2026 Institui o Regime Emergencial de Proteção Arbórea no Município de São Paulo, estabelece medidas excepcionais de proteção da vegetação arbórea urbana, orienta ações para garantir a ampliação da cobertura vegetal, define critérios mínimos para nova legislação a ser apresentada, altera a Lei Municipal nº 14.887, de 15 de janeiro de 2009 e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PROCURADORIA

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 30 de junho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068